Apresentação do Relatório do Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto, na Assembleia Municipal de Lisboa de 14 de Fevereiro de 2017

A iniciativa do presente Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto nasceu na Recomendação nº 9/63, proposta pelo GM de "**Os Verdes**", a qual foi aprovada por unanimidade no plenário de 14 de Abril de 2015. A sua estrutura, em 2 sessões, seria posteriormente aprovada na sessão da AML de 26 de Janeiro de 2016. A 1ª sessão, inicialmente agendada para 16 de Fevereiro, seria adiada para 31 de Março e apenas hoje - 14 de Fevereiro de 2017 - se realiza a sua 2ª sessão para apresentação das conclusões, exactamente 22 meses após a aprovação da Recomendação inicial do GM-PEV.

O formato do debate consta no Anexo I e a Recomendação no Anexo IV do Relatório que hoje analisamos.

Esta Recomendação nº 9/63 surge na sequência da prévia e contínua apresentação de um vastíssimo conjunto de moções e recomendações que abordaram o contexto e a problemática cultural, social e ambiental do Parque Florestal de Monsanto, parte significativa das quais foram inseridas no Anexo IV.

A 1ª parte do Relatório descreve a sessão e faz a apresentação inicial dos painéis em que se subdividiu o Debate. Para quem já não se lembre, recordo que o 1º painel contou com as intervenções do sr. vereador José Sá Fernandes, do sr. João Pinho do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e do sr. Artur Lourenço, em representação da Plataforma por Monsanto.

Convém recordar que a representatividade desta Plataforma, cujos objectivos residem na defesa e divulgação dos valores patrimonial e ecológico do Parque Florestal de Monsanto, como uma estrutura verde fundamental para toda a Área Metropolitana de Lisboa, se encontra consubstanciada nas 15 associações que a integram, entre as quais os Amigos de Monsanto, AMBEX, Associação de Moradores de Belém e São Francisco Xavier, Associação Lisboa Verde, Associação Plantar uma Árvore, ASPEA, CAAL, Clube de Caminheiros de Monsanto, Fórum Cidadania Lx, Fundação das Casa de Fronteira e Alorna, GAIA, Grupo Ecológico de Cascais, Liga dos Amigos do Jardim Botânico, LPN e Quercus, por outras palavras, um diversificado universo de utentes e organizações preocupadas com o correcto usufruto público e a defesa do equilíbrio do Parque.

O 2º painel previa intervenções das 6 Juntas de Freguesia pelas quais se espraiam os mais de 900 hectares do Parque, mas de que apenas estiveram presentes as seguintes 5: Alcântara, Belém, Benfica, Campolide e São Domingos de Benfica. Contou ainda com a participação da Provedora dos Animais de Lisboa e do Subcomissário Comandante da Polícia Florestal. O 3º e último painel ficou reservado para intervenção de representantes de associações e organizações, do público em geral e das diversas forças políticas que integram a AML.

Assembleia Municipal de Lisboa, Av. de Roma, nº 14, P 3 - 1000-265 Lisboa
Tel: 218 170 426 - **Fax:** 218 170 427 - E-mail - Sítio web na AML - Blogue "Os Verdes" em Lisboa

No final do relatório é enumerada uma lista de Conclusões e Recomendações consensualizadas, por unanimidade, entre os diversos GMs no seio da 4ª CPAQV.

Dela destacamos a preocupação dos GMs para que a gestão do espaço florestal, ainda que permitindo a fruição de Monsanto pelos cidadãos, tal como apontam os Planos de Gestão Florestal e o Plano de Acção Local para a Biodiversidade, não tenha implicações na redução da mancha verde ou da biodiversidade ou que não sejam autorizadas políticas de delapidação do PFM, como as que, no passado, viabilizaram construções intrusivas para o seu equilíbrio.

As conclusões subjacentes a este debate apontam, inequivocamente, para a total reversão de qualquer projecto que intente alienações ou concessões a privados no PFM.

Neste sentido, os GMs requerem que o Município reforce e promova novos programas e medidas de protecção activas de manutenção, preservação e sustentabilidade do PFM, bem como a CML elabore e apresente aos órgãos municipais um Plano Estratégico actualizado para o PFM. Mais recomendam para que a CML diligencie junto do Governo, no sentido da adopção das medidas necessárias à revalidação da legislação apropriada que permita atribuir uma classificação como Área Protegida de Interesse Regional ao PFM e eventual alargamento do seu espaço de influência territorial.

É também neste mesmo sentido que se direcciona o Projecto de Resolução nº 210-xiii tendente à criação da Área Protegida de Monsanto, redigido e apresentado pelo Grupo Parlamentar de "**Os Verdes**" e que se encontra inserido no Anexo V do presente relatório.

Os GMs, os munícipes e as diversas associações, designadamente as que integram a Plataforma por Monsanto, esperam que agora, finalmente, tenha chegado o momento certo para que a CML e o Governo encetem as medidas necessárias para uma sustentável preservação e renovação ecológica do Parque Florestal de Monsanto.

J. L. Sobreda Antunes (relator)

Grupo Municipal de "**Os Verdes**"

Assembleia Municipal de Lisboa, Av. de Roma, nº 14, P 3 - 1000-265 Lisboa
Tel: 218 170 426 - **Fax:** 218 170 427 - E-mail - Sítio web na AML - Blogue "Os Verdes" em Lisboa